



## Plenário analisa crédito ao BNDES e dívida de estados

Medida provisória sobre o banco e projeto que obriga a adoção de novo indexador para calcular o que estados e municípios devem à União são prioridades na pauta

A Medida Provisória (MP) 661/2014, que abre crédito de R\$ 30 bilhões em favor do BNDES, tinha como objetivo atender a demanda de fim de ano do setor produtivo para comprar máquinas e equipamentos. Mas, durante a análise na Câmara, os deputados incluíram outros assuntos, como o refinanciamento parcial das dívidas de caminhoneiros para comprar caminhões e a possibilidade de os trabalhadores

aumentarem o limite de descontos em folha de pagamento. O outro item que pode ser votado pelo Plenário é o projeto que obriga a União a adotar rapidamente o novo indexador da dívida dos estados e municípios, o que traria alívio para o caixa de prefeituras e governos estaduais. Mas o governo resiste à mudança imediata e quer aplicar o novo índice apenas no início do próximo ano, prometendo que devolverá o que receber a mais nesse período. **3**

especial  
**Cidadania**

### Funcionário público rejeita mudança em regra de pensão

Em audiência, representantes dos servidores disseram que alterações feitas pelo governo em me-

didada provisória são “mais uma ofensiva na escalada de ataques” do governo à categoria. **4 e 5**



João Capiberibe (de pé) conversa com Paulo Paim na audiência pública

Gerardo Magela/Agência Senado

**Ministro falará sobre proteção de mulheres agredidas **7****

**Titular da Defesa detalhará planos para Rio 2016 **7****

**Metas do Ministério da Cultura serão apresentadas **6****

## Senadores fazem debate sobre situação do Fies

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação recebe hoje representantes do governo, das faculdades privadas e do Ministério Público para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que financia mensalidades no ensino superior particular. A audiência será às 9h e permitirá a participação de internautas. **6**



Reprodução/ Blog Bandulu Fomeleio

Sala de aula de faculdade da Região Metropolitana de São Paulo: Fies garante financiamento a aluno de instituição privada

### Bendine explica balanço financeiro da Petrobras

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, estará hoje numa audiência conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos para apresentar o balanço auditado da estatal referente ao ano passado, que inclui os prejuízos sofridos pela empresa em razão dos casos de corrupção. **2**



Agência Petrobras

Aldemir Bendine, presidente da Petrobras: balanço auditado

**Relatório sobre Fachin será lido amanhã **7****

**Senado reavalia pena para crime de receptação **7****

**Transporte no Entorno do DF em discussão **2****

**Comissão de Inteligência se reúne hoje **7****

### Seca não é maior causa da crise de água, diz estudo

De acordo com um trabalho recém-concluído da Consultoria Legislativa do Senado, a dificuldade que São Paulo, por exemplo, vem enfrentando decorre da falta de ações do governo que reduzam o consumo de água, como o racionamento e a concessão de bônus para quem economiza. **8**



**Dados Abertos**

**É simples pesquisar**



As informações sobre o Senado também estão acessíveis em **Dados Abertos**. Esse formato de organização do conteúdo permite a **edição** dos dados e sua **reutilização** e **redistribuição** livremente por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Saiba mais em: [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)

**Senado + transparente. A informação ao seu encontro.**

SENADO FEDERAL





João Miguel Pinheiro/Agência Petrobras



Obras da Refinaria Abreu e Lima (PE): preocupação com a recuperação da empresa justificou requerimento de senadores

# Bendine explica situação financeira da Petrobras

Em audiência das Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, presidente da estatal deve detalhar balanço contábil de 2014: do prejuízo de R\$ 21,6 bilhões, R\$ 6 bi seriam fruto de corrupção

UMA SEMANA APÓS a divulgação do balanço auditado de 2014 da Petrobras (que detectou prejuízos de R\$ 21,6 bilhões, sendo mais de R\$ 6 bilhões somente com corrupção), o presidente da estatal, Aldemir Bendine, falará aos senadores sobre a situação financeira da empresa.

Ele participa hoje de audiência pública conjunta das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), ao lado do diretor financeiro da empresa, Ivan de Souza Monteiro.

Bendine deverá tratar dos desdobramentos da Operação Lava-Jato na empresa, de detalhes do balanço contábil de 2014, que evidenciou o primeiro prejuízo desde 1991, e dos ajustes a serem feitos no planejamento estratégico da estatal para fazer frente à queda no preço do barril de petróleo e à decisão dos grandes produtores mundiais de não reduzir volumes produzidos.

Ele presidia o Banco do Brasil quando foi chamado ao comando da Petrobras

para substituir Graça Foster, que renunciou no início de fevereiro.

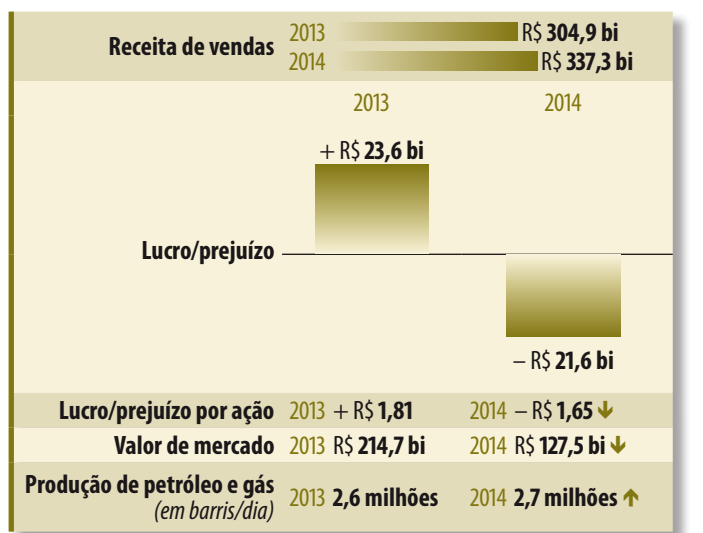
A reunião foi requerida pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ferraço argumentou que a Petrobras é uma das maiores empresas brasileiras e gera enormes impactos para a economia do país. Por isso,

seu destino e os rumos a serem adotados para reerguê-la são de especial interesse da sociedade e merecem ser expostos ao Parlamento. Já Tasso se disse preocupado com a situação financeira da empresa, uma das mais endividadas do mundo.

A reunião ocorre na sala 19 da Ala Alexandre Costa, às 10h.

## Números da Petrobras

Prejuízo em 2014 foi atribuído pela empresa a fatores como a redução de R\$ 44,3 bi no valor de ativos e perdas com corrupção no valor de R\$ 6,2 bi. Veja um resumo do balanço publicado pela companhia no dia 22 de abril:



Fonte: Petrobras

## Transporte público no Entorno do DF é tema de audiência hoje

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) faz audiência pública interativa hoje para debater a situação precária do transporte público nos municípios do Entorno do Distrito Federal.

## Gurgacz pede prorrogação de prazo para cadastramento de imóvel rural

Acir Gurgacz (PDT-RO) fez apelo ontem para que o governo federal prorrogue o prazo para que proprietários e possuidores de imóveis rurais se inscrevam no Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pelo novo Código Florestal.

O prazo para o cadastramento no CAR termina no dia 6 de maio e, conforme explicou o senador, os agricultores que não realizarem o cadastro poderão ter as atividades embargadas, perder o benefício de conversão de multas e ser processados por crimes ambientais.

— Já fiz um apelo pela prorrogação do prazo para



inscrição do CAR em audiência pública na Comissão de Agricultura e Faço novamente aqui do Plenário para que os proprietários rurais possam ficar

mais tranquilos, para que não sejam penalizados — afirmou. O senador lembrou que apenas 9% das propriedades rurais existentes no país foram cadastradas, sendo que a maioria delas pertence a grandes agricultores. Ele considerou imprescindível que, além da prorrogação do prazo, o governo divulgue mais informações sobre a inscrição com o objetivo de facilitar o cadastramento da agricultura familiar.

## Jovem estudante gasta primeiro salário na Livraria do Senado

Victor Dittz tem 23 anos e estuda ciência política na Universidade de Brasília (UnB). Recentemente, iniciou um estágio e gastou todo o primeiro salário — R\$ 1.040 — na compra de 47 livros da Livraria do Senado. Ele diz que se prepara para ser um formador de opinião e, para isso, precisa se informar.

Dittz tomou conhecimento dos livros na loja virtual (<http://livraria.senado.gov.br>) e foi atraído pela quantidade de títulos disponíveis.

— As obras têm edição impecável — afirmou.

A coordenadora das Edições Técnicas do Senado, Ana

Maria de Lucena, disse que muitos estudantes adquirem livros editados pelo Senado. No entanto, relatou, foi uma surpresa encontrar alguém tão jovem tão interessado por esse tipo de assunto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Interessado nos livros do Senado, Victor Dittz comprou 47 títulos

## Senador Luiz Henrique fratura o pé e passará duas semanas afastado

Luiz Henrique (PMDB-SC) fraturou osso do pé esquerdo e passará duas semanas imobilizado. O acidente ocorreu na sexta-feira, durante visita às obras do Hospital Regional de Joinville (SC), acompanhado do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

O senador sofreu uma forte torção do tornozelo, ao pisar num desnível do terreno.

Mesmo com dor e dificuldade de caminhar, ele cumpriu a agenda do dia, que incluiu visita a Xanxerê e Ponte Serreda, cidades catarinenses atingidas por um tornado.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Dívida dos estados**  
14h Pauta trancada pela MP 661/2014, que autoriza empréstimo ao BNDES. Pode ser votado o PLC 15/2015, sobre o novo indexador da dívida dos estados.
- PRESIDÊNCIA Joaquim Levy**  
11h Renan Calheiros recebe o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e, às 11h30, o presidente e o vice-presidente da Ajufe. Às 12h, recebe o presidente da CBF; às 15h30, o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi; e às 16h, presidentes das centrais sindicais CUT, NCST e UGT. Em seguida, preside a ordem do dia. Às 19h, preside sessão do Congresso.
- CONGRESSO Análise de vetos**  
19h Sessão conjunta do Congresso para apreciação de vetos presidenciais.
- CCT Fies em debate**  
9h Após reunião deliberativa, a comissão faz audiência pública sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
- CE Audiências com ministros**  
9h Palestra com o ministro da Educação Superior da Nova Zelândia, Steven Joyce. Às 10h, audiência pública com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, que fala sobre políticas e diretrizes do ministério.

- CMA Transporte no Entorno**  
9h Após reunião deliberativa, audiência avalia o transporte no Entorno do DF com o presidente da ANTT, Jorge Bastos.
- CAE/CI Aldemir Bendine**  
10h O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, fala em audiência pública conjunta sobre a situação financeira da empresa e as medidas que devem ser adotadas.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Debate**  
14h A comissão mista faz audiência com o ministro de Direitos Humanos, Pepe Vargas, sobre medidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica.
- CCAI Requerimentos**  
14h30 A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência se reúne para apreciação de requerimentos.
- MP 664/2014 Relatório**  
14h30 A comissão responsável pela MP 664/2014, que altera concessão da pensão por morte e auxílio-doença, se reúne para apreciação do relatório.
- MP 671/2015 Gestão do futebol**  
14h30 Comissão responsável pela MP que institui o programa de responsabilidade fiscal do futebol faz reunião de trabalho.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

**ACOMPANHE E PARTICIPE**  
HOJE, A PARTIR DAS 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**  
• <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:**  
[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Taquigrafia:**  
<http://bit.ly/comissaoMeioAmbiente>



Senado deve decidir sobre medida que foi alterada na Câmara e que, entre outros pontos, passou a prever aumento do limite para empréstimos descontados em folha. Novo indexador também é prioridade



Moreira Mariz/Agência Senado

Plenário deve avaliar MP, que tranca a pauta, e texto que obriga União a usar logo novo indexador das dívidas dos estados

## MP do BNDES e indexador de dívidas na pauta de hoje

O PLENÁRIO DEVE votar hoje a Medida Provisória 661/2014. Editada pelo governo para abrir R\$ 30 bilhões de crédito em favor do BNDES, a MP passou a tratar de vários outros assuntos, por conta de mudanças na Câmara. Assim, o novo texto (PLV 2/2015) prevê do refinanciamento parcial das dívidas de caminhoneiros para comprar caminhões à possibilidade de os trabalhadores aumentarem o limite de descontos em folhas de pagamento. O projeto tranca a pauta do Plenário e perde a validade em 12 de maio.

O objetivo do governo, ao publicar a MP, foi exclusivamente atender a demanda de fim de ano do setor produtivo para comprar máquinas e equipamentos.

O exame do PLV 2/2015 coincide com a retomada do movimento dos caminhoneiros em protesto por um preço mínimo de frete e a redução do preço do diesel. Na sexta-feira, houve atos da categoria em sete estados. Diante disso, Blairo Maggi (PR-MT) reforçou a importância da análise da MP o quanto antes.

— Aqueles compromissos que foram firmados aqui no Senado e na Câmara estão na medida provisória, menos aquilo que não foi negociado, que é

a questão do frete mínimo — disse o senador, dirigindo-se aos caminhoneiros.

O texto autoriza os caminhoneiros autônomos, as empresas de transporte de carga e as empresas arrendadoras com receita bruta de até R\$ 2,4 milhões por ano a refinanciar as 12 primeiras parcelas a vencer após a formalização do pedido de refinanciamento.

O projeto também permite o aumento do limite de descontos que podem ser feitos na folha de pagamento. Hoje podem ser comprometidos até 30% da folha com descontos de empréstimo e financiamento. O texto acrescenta mais 10% apenas para despesas relacionadas ao cartão de crédito, passando o total a ser de 40% da remuneração. A regra vale também para aposentados e pensionistas do INSS.

### Dívidas dos estados

O Senado também pode votar hoje o projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar), que, assim, poderiam reduzir os repasses financeiros à União. Um dos impasses em relação à proposta se deve ao apelo do governo para adiar a aplicação

dos novos índices até janeiro de 2016, com o compromisso de devolver depois aos estados e municípios o que tiver sido pago a mais.

— Mesmo que o governo use todo o tempo para promover a negociação, ao final desse prazo, 31 de janeiro de 2016, terá que fazer encontro de contas. Aquilo que foi maior terá que ser ressarcido aos estados e aos municípios — ressaltou Walter Pinheiro (PT-BA) na quarta.

A troca do indexador é uma reivindicação antiga de estados e municípios. As dívidas deles chegam a crescer até 20% ao ano. A proposta que alterou a indexação virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas o governo adiou a regulamentação em nome do ajuste fiscal. A mudança no indexador, segundo estimativas do Ministério da Fazenda, poderia gerar neste ano uma perda de R\$ 3 bilhões ao governo federal.

### Investigação

Se votadas as propostas prioritárias, o Plenário poderá examinar outros itens, como o PLC 13/2015, que inclui, entre as responsabilidades da Polícia Federal, investigar roubos a bancos quando houver envolvimento de quadrilhas ou indícios de atuação interestadual.

## Congresso analisa veto sobre projeto da reforma política

Os parlamentares devem decidir hoje se mantêm ou derrubam o veto parcial da presidente Dilma a um dos primeiros projetos da reforma política aprovados pelo Congresso (Veto 6/2015).

O projeto (PLC 4/2015) prevê que, para se fundirem, os partidos políticos devem ter no mínimo cinco anos de existência. O objetivo é evitar a criação de legendas apenas para driblar o instituto da fidelidade partidária.

Entre outros pontos, Dilma foi contra estender a partidos oriundos de fusão a permissão garantida às novas legendas, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos no prazo de 30 dias desde o registro sem gerar perda do mandato dos novos integrantes.

Também está na pauta o Veto 5/2015, sobre o projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010). O texto recebeu sete vetos, entre eles o que suprimiu o artigo que permitia converter uma ação individual em coletiva, como ações contra planos de saúde.

Outro veto que pode ser analisado hoje é o 7/2015, sobre projeto que incluía campanhas educativas sobre limpeza urbana e manejo de lixo entre os itens obrigatórios dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos (PLC 114/2013). Dilma considerou a exigência “desproporcional”.

A derrubada de um veto exige a maioria absoluta na Câmara (257 votos) e no Senado (41 votos). A reunião tem início às 19h.



Pedro Franco/Agência Senado

Senadores e deputados se reúnem hoje para examinar vetos a três projetos

## Parlamento tem 30 dias para votar vetos à Lei das Antenas

Os vetos da presidente Dilma Rousseff a dois projetos foram lidos no Senado na sexta. Um deles atinge seis dispositivos da Lei Geral das Antenas (Lei 13.116/2015), que resultou do PLS 293/2012. Entre eles, está o dispositivo que atribui ao governo federal a responsabilidade de conceder a autorização para instalação de antenas caso o órgão municipal não cumpra o prazo de 60 dias para emití-la. Para o governo, a transferência de competência do município à

União fere o pacto federativo.

O outro diz respeito a uma tabela de coeficientes para distribuição entre os estados do auxílio financeiro ao fomento das exportações, incluída no PLN 13/2014. Esse auxílio é concedido pela União como compensação pela desoneração de ICMS dos produtos exportados. A razão alegada para o veto é que os dispositivos tratam de matéria estranha à lei orçamentária.

O prazo para deliberação sobre os vetos é de 30 dias.

## Telmário pede pressa na votação da Emenda 72

Telmário Mota (PDT-RR) saudou o Dia da Empregada Doméstica, comemorado ontem, pedindo que o Congresso conclua logo a votação do projeto que regula a Emenda Constitucional 72, que estendeu aos empregados domésticos todos os direitos trabalhistas.

Ele lembrou que a Emenda 72 garante 16 direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, mas 7 ainda não foram regulamentados: indenização no caso de demissão sem justa causa, salário família, fundo de garantia, seguro-desemprego, auxílio-creche, adicional noturno e seguro contra acidentes de trabalho.

— Que a gente possa agilizar e dar a



Waldemir Borretto/Agência Senado

essas pessoas aquela paz e tranquilidade. Porque hoje a minha amiga do lar, a Nina, disse “eu já nem acredito mais, senador, será que consegue?”. Então, eu sei que aqui os 81 senadores têm uma amiga no lar, uma pessoa que cuida da casa, pela qual têm respeito, carinho e amor e que vão também olhar com bons olhos e celeridade essa causa, dando aos domésticos os mesmos direitos e que tantos outros trabalhadores têm — declarou.

O senador também solidarizou-se com pais que estão acampados em uma escola em Rorainópolis (RR) para exigir melhores condições de estudo para os filhos.

## Gleisi volta a criticar governador do Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou duramente o governador do Paraná, Beto Richa, por ter enviado à Assembleia Legislativa do estado, em regime de urgência, projeto que altera o regime da Previdência Social do Paraná.

A Previdência do Paraná é formada por três fundos: o Militar, o Financeiro e o Previdenciário. O projeto sugere que 33,5 mil beneficiários com 73 anos de idade ou mais sejam transferidos do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, que, conforme o governo, teria mais de R\$ 8,5 bilhões em caixa.

Segundo o governador, a migração proporcionará economia de R\$ 125 milhões por mês com benefícios.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Gleisi é contra porque os deputados estaduais não puderam analisar detalhadamente o projeto, já que Beto Richa exige a votação urgente da proposta.

Para a senadora, Richa age de forma atabalhoada e imediatista e a solução que ele encontrou é própria de um governo sem planejamento.

— É impressionante o quanto a falta de planejamento retira direitos de quem serve o estado, independentemente deste ou daquele governador. Estamos diante de um problema de caixa decorrente de irresponsabilidade fiscal, cuja solução passa pela revisão, sem qualquer cuidado aprofundado, de todo um sistema — afirmou Gleisi.



# Servidores condenam MP que muda pensões

Representantes de sindicatos e associações que reúnem servidores públicos foram unânimes em criticar as mudanças propostas pelo governo na Medida Provisória (MP) 664/2014. A MP modifica direitos previdenciários e deve ter o relatório final votado hoje pela comissão mista

(senadores e deputados) que analisa o tema. Em debate realizado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), os servidores consideraram as alterações como “mais uma ofensiva na escalada de ataques” que o Executivo estaria promovendo desde 1990. Outra MP, a 665/2015, foi tema de uma

segunda audiência da CDH ontem, quando representantes de pescadores reclamaram das novas regras para obtenção do seguro-defeso. Relatório sobre essa medida provisória, que também inclui mudanças no seguro-desemprego, será examinado amanhã em uma outra comissão mista.

Elina Pozzobom e Gorette Brandão

ÀS VÉSPERAS DA votação da Medida Provisória 664/2014 na comissão mista responsável pelo exame da proposta, dirigentes de entidades de servidores públicos afirmaram ontem, no Senado, que o texto é mais uma ofensiva da escalada de ataques aos direitos dos trabalhadores. A MP restringe o acesso ao benefício de pensão por morte, além de adotar regras mais restritivas para a concessão do auxílio-doença e do auxílio-reclusão.

A medida provisória é uma das propostas do pacote fiscal do governo. No caso da pensão por morte, as modificações afetam tanto os trabalhadores da esfera pública quanto da privada, estes já ouvidos antes na mesma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que promoveu o novo debate para ouvir as entidades dos servidores.

Sebastião Soares da Silva, que representou a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, lembrou que já foram aprovadas e promulgadas cinco emendas constitucionais com alterações substanciais nos direitos dos servidores públicos desde que a Constituição de 1988 entrou em vigor. Ele lamentou que, toda vez que se fala em “ajustes estruturais”, a conta sempre recaia sobre os trabalhadores, tanto públicos, quanto privados.

— Nós fomos escolhidos gradativa e permanentemente como bodes expiatórios dos ajustes, seja em governos explicitamente neoliberais, seja naqueles que não têm coragem de romper com os princípios neoliberais — acusou.

O sindicalista citou cada uma das reformas, desde a Emenda Constitucional 20/1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, que acabou com a

aposentadoria por idade e fixou, no caso do serviço público, uma carência de dez anos de serviço e de cinco no cargo como tempo mínimo para a aposentadoria.

Além disso, quem tomou posse a partir de 2013 no serviço público irá se aposentar com o teto igual ao do aposentado do Instituto Nacional do Seguro Social. Se desejar ter um ganho maior, terá de contribuir para a previdência complementar, no caso dos servidores federais, para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), o fundo regulamentado já no governo Dilma Rousseff que se destina a titulares de cargo efetivo do Executivo, suas autarquias e fundações, e ainda membros do Poder Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

## Emenda 41

No governo Lula, veio a Emenda Constitucional 41/2003, que adotou um redutor sobre as pensões, quebrou a paridade na aposentadoria e instituiu contribuição previdenciária para os servidores inativos, entre outras medidas, que foram parcialmente amenizadas para quem já havia ingressado no serviço público pela chamada PEC Paralela. Essa foi uma proposta de Paulo Paim (PT-RS), que agora preside a CDH e coordenou a audiência de ontem.

Houve apelo geral pela revogação da Emenda 41, considerada “perversa” aos servidores, segundo Luiz Henrique Macedo, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), lembrou que as pensões foram reduzidas a 70% com a Emenda 41. Por isso, atacou com veemência a

MP 664, que vem agora acabar com a vitaliciedade e reduz mais uma vez os valores das aposentadorias, minando direitos de viúvas e viúvos e dos órfãos, a “parte mais frágil e vulnerável”.

— Os servidores e trabalhadores não se deram conta do prejuízo. Tomem cuidado para não morrer enquanto as medidas estiverem valendo, pois se você morrer, seus pensionistas estarão sendo duramente castigados pela sua perda e porque o Estado quer pagar muito pouco para aqueles que vão ficar — alertou.

Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Mário Pereira de Pinho Filho desqualificou uma das justificativas do governo para baixar a MP 664: a de que o regime público de aposentadoria seria altamente deficitário. Segundo ele, o governo trouxe para dentro desse regime grande conjunto de servidores hoje aposentados que não havia contribuído ou só tinham contribuído de modo parcial. Nesses casos, observou, a aposentadoria teria de ser custeada com recursos do próprio Tesouro.

Pinho Filho destacou que o Regime Próprio de Previdência Social nunca passou de uma conta contábil dentro das contas da União, sem contar com um fundo próprio. A seu ver, se criada esse fundo e para ele dirigido os 11% das contribuições do servidor e os 22% recolhidos pela União, com a devida aplicação do dinheiro no mercado financeiro, os recursos seriam mais do que suficientes para bancar a integralidade das aposentadorias e pensões. Ele chegou a duvidar se os fundos de pensão do serviço público vão dar conta dessa complementação.



Paim (ao microfone) preside audiência que discutiu direitos previdenciários dos servidores públicos e contou com representantes das diversas categorias de trabalhadores

## Governo alerta sobre gestão de fundos previdenciários

O secretário de Políticas de Previdência Social, Benedito Brunca, alertou sobre a situação de alguns regimes próprios de previdência de estados e municípios, que estão em crise. Há mais de 2.000 em vigor, e somente 1.096 deles, ou 53%, estão em situação regular, com Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e capacidade de se manter para o futuro, com estudos atuariais e gestões viáveis. Outros 740 regimes municipais estão simplesmente sem regularidade.

O secretário afirmou que, apesar das inúmeras críticas que o Funpresp possa receber, ele está previsto em lei e cabe ao Ministério da Previdência acompanhar a gestão e proteger os servidores públicos abrangidos pela nova configuração. Ele apelou às entidades de servidores presentes

para ter um acompanhamento mais cuidadoso e abrangente do funcionamento dos regimes de previdência municipais. Segundo Brunca, caso um fundo municipal não seja viável para o futuro, a governança municipal ou estadual estará prejudicada, incluindo a oferta de serviços e políticas públicas, como as de educação e saúde. Ele explicou que o município sempre vai honrar os compromissos trabalhistas e previdenciários e a sociedade ficará privada de benefícios que seriam dirigidos a todos.

— A existência do regime e seus fundamentos estão sendo colocados em xeque — opinou.

Luís Guilherme Peçanha, do Ministério do Planejamento, defendeu a ampliação do debate sobre a PEC 54/2013, do senador Paulo Paim, que permite a apo-

sentadoria especial com base na última remuneração recebida e com garantia de paridade.

## Terceirização

Mesmo sem estar na pauta da audiência, o PL 4.330/2004, da Câmara dos Deputados, que regulamenta a terceirização, e chega esta semana ao Senado, recebeu críticas. Rosa Maria Campos Jorge, do Sinait, falou que se sente “revoltada e indignada” com uma proposta que visa eternizar as péssimas condições às quais os terceirizados são submetidos e, mais grave, abrindo caminho para que os efetivos sejam também incluídos.

— No Senado, a discussão precisa ser feita de verdade, tirando as máscaras e mostrando quem é que vai ter proveito com a aprovação desse projeto — opinou.

Roberto Ponciano de Souza Junior, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, criticou a forma como a proposta foi debatida na Câmara, inclusive sem que os trabalhadores pudessem ter acesso à dependência da Casa, mesmo contando com liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Hélio José (PSD-DF) condenou a atitude de retirar os direitos dos mais frágeis, os trabalhadores, e pediu mais discussão. Telmário Mota (PDT-RR) disse que é necessário “zelo” com os direitos dos trabalhadores. Para João Capiberibe (PSB-AP), o projeto deveria ter sido concebido para corrigir os “desvios da terceirização”, mas, na forma em que foi aprovado, irá acentuar os problemas.

Genildo Magalhães/Agência Senado

## Restrição ao seguro-defeso é criticada

Representantes de comunidades de pescadores criticaram ontem as alterações trazidas pela Medida Provisória (MP) 665/2014 em relação ao pagamento do seguro-defeso — valor pago a trabalhadores da pesca durante o período de reprodução dos peixes, quando há a proibição da pesca para evitar danos às espécies. Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem à tarde, eles disseram que a MP marginaliza os pescadores e retira deles direitos históricos.

Integrante do pacote de ajuste fiscal do governo, a MP 665 impõe carência de três anos, contra o período atual de um ano, para acesso ao seguro; limita o pagamento do seguro a cinco parcelas, enquanto a proibição da pesca é de seis meses; proíbe os pescadores de receber dois benefícios simultâneos, como o seguro e o Bolsa Família; transfere a execução do seguro-defeso do Ministério do Trabalho para a Previdência Social; e impede categorias envolvidas na cadeia produtiva da pesca de receber o benefício, como os que trabalham na coleta de marisco e na fabricação de instrumentos artesanais usados na atividade, geralmente produzidos pelas mulheres dos pescadores.

João Capiberibe (PSB-AP) disse que a medida tem “tirado o sono” dos pescadores. Ele afirmou que são pontuais as irregularidades verificadas no pagamento do seguro-defeso pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou o recebimento do benefício por pessoas que não se enquadravam na atividade. Foi identificado um rombo de R\$ 19 milhões,

pagos a pessoas que já estariam mortas ou não exercem a atividade, e o governo determinou o corte no pagamento. O senador explicou que o valor do desvio é “ínfimo”, pois representa 0,005% da execução total do seguro.

— As enormes distâncias e a burocracia podem tornar inacessível o recebimento [do benefício] por pescadores, inviabilizando direitos e favorecendo desastres ambientais — disse.

## Subsistência

O representante do Conselho Pastoral dos Pescadores, Raimundo Brandão da Silva, disse que o seguro é fundamental para garantir a subsistência deles.

— Como os pescadores vão sustentar suas famílias ao longo do período extenso de pesca proibida pelo Estado? Isso implica colocar os pescadores em situação de marginalidade, pois eles serão obrigados a exercer a atividade de forma contrária à lei. Vai trazer criminalização.

Manoel Bueno dos Santos, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, disse que 70% do peixe consumido pelo brasileiro vem da pesca artesanal e isso deve ser levado

em consideração. Na avaliação do pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA) Valcir Santos, a categoria é discriminada na elaboração de políticas públicas, mais articuladas à pesca industrial. Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República, também criticou a proposta, afirmando que o governo não levou em conta a cultura dos povos tradicionais:

— Eles não foram ouvidos, e a medida provisória peca por fazer com que uma medida de natureza indenizatória seja vista como benefício previdenciário.

De acordo com requerimento de auditoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao TCU em 2014, o seguro-defeso custou R\$ 2,4 bilhões no ano passado, valor 32% maior do que em 2013. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicou que, em 2010, 584,7 mil pessoas receberam ao menos uma parcela do seguro-defeso.

O principal requisito para solicitação do seguro é ter registro de pescador profissional da pesca artesanal (RGP). Esse registro faz parte de um cadastro do Ministério da Pesca.

(Paulo Sérgio Vasco)



Debate, presidido por Capiberibe, reuniu entidades de pescadores e especialistas

Jefferson Rully/Agência Senado

## Relator reduz carência para trabalhador

A comissão mista que analisa a MP 665/2014 examina amanhã o relatório de Paulo Rocha (PT-PA), que alterou pontos do texto editado pelo governo no fim de 2014.

A MP limita a requisição do seguro-desemprego pela primeira vez em caso de dispensa sem justa causa. A principal alteração do relator foi a redução dos prazos de carência que os trabalhadores têm de cumprir para ter acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

Pelo texto, o trabalhador dispensado sem justa causa só pode requisitar o seguro-desemprego pela primeira vez

após 18 meses de trabalho ininterrupto nos 24 meses anteriores à demissão. Paulo Rocha reduziu a carência para 12 meses de trabalho (não consecutivos) nos 18 meses anteriores à dispensa.

O período de carência é o ponto mais criticado pelas centrais sindicais, porque dificulta o acesso de trabalhadores ao benefício, já que quase metade dos empregados com vínculo formal é demitida antes de um ano no emprego. A votação enfrenta resistência tanto da oposição como da base governista.

A regra do seguro-desemprego rural foi a última alteração feita na MP. Pela nova regra, o

empregado rural desempregado, contratado por safra, poderá receber o benefício de três salários mínimos se tiver trabalhado por, no mínimo, três meses ao longo de 16 meses.

Segundo o relator, a iniciativa sofre resistência das centrais sindicais, defensoras de prazo mínimo de um mês. Caso exista discordância sobre o prazo, há a possibilidade de mudar o relatório por meio de destaques.

Hoje, a lei que regula o seguro-desemprego (Lei 7.998/1990) não diferencia trabalhadores rurais de urbanos e fixa seis meses de trabalho para o empregado poder solicitar o benefício.

## Comissão mista vota hoje relatório final à medida

Está marcada para hoje, às 14h30, a reunião da comissão mista da Medida Provisória (MP) 664/2014, marcada para análise do relatório final. A MP prevê a carência de 24 meses de contribuição para a concessão de pensão por morte. O relator é o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). O senador Telmário Mota (PDT-RR) é o relator-revisor. Até a edição dessa medida provisória, a carência de 24 meses

não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado. Também passa a valer o tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para que o cônjuge receba a pensão.

Além disso, o texto fixa uma nova forma de cálculo, que reduz o valor dos benefícios. Quanto ao auxílio-doença, a MP prevê um teto para o valor do benefício, de

modo a evitar que fique acima do último salário que o segurado recebia.

A MP 664 recebeu 517 emendas de deputados e senadores na comissão mista. O presidente da comissão é o senador José Pimentel (PT-CE). A matéria foi bastante debatida no colegiado e várias audiências públicas foram realizadas. Em uma delas, o ministro da Previdência, Carlos Gabas, reconheceu que

a MP provavelmente sofreria mudanças no Congresso. A matéria é polêmica e o presidente do Senado, Renan Calheiros, já recebeu sindicalistas contrários às mudanças.

A comissão mista chegou a receber também a carta de um cidadão de Belém, endereçada ao presidente Renan, com críticas às mudanças na pensão por morte e pedindo que os senadores rejeitem a medida.

### As regras do benefício

	ANTES DA MP 664/2014		DEPOIS DA MP 664/2014			
	SEGURADO DO INSS	SERVIDOR PÚBLICO APÓS 4/2/2013				
Carência (tempo de contribuição)	não existe	não existe	2 anos no mínimo			
Carência (tempo de casamento ou união)	não existe	não existe	2 anos no mínimo			
Duração do benefício	vitalício	vitalício	varia conforme a expectativa de vida: de 3 a 15 anos ou vitalício (ver quadro abaixo)			
Valor do benefício	100% até o teto do INSS	100% até o teto do INSS + fundo complementar	50% + 10% por dependente			
Idade do cônjuge ou companheiro	até 21 anos	22 a 27	28 a 32	33 a 38	39 a 43	maior que 44
Duração do benefício	3 anos	6 anos	9 anos	12 anos	15 anos	vitalícia

### Saiba mais

Leia na íntegra o texto da MP 664/2014: <http://bit.ly/MP664de2014>

Accesse o texto sobre o seguro-defeso da MP 665/2014: <http://bit.ly/MP665de2014>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Programa que financia mensalidade em instituições privadas é tema de audiência interativa hoje. Amanhã, discussão será a respeito do Ciência sem Fronteiras

# Senado ouve governo e faculdades sobre Fies

DOIS IMPORTANTES PROGRAMAS do governo federal estarão em debate no Senado nesta semana. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) será discutido hoje. Amanhã será a vez do Programa Ciência sem Fronteiras. As duas audiências serão realizadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para o debate sobre o Fies, foram convidados Elizabeth Guedes, vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Julliene Cabral Salviano da Silva, coordenadora nacional do Movimento em Defesa do Fies, a procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro e um representante do Ministério da Educação.

A audiência terá início às 9h na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

## Política pública

Para a discussão sobre o Ciência sem Fronteiras, foram convidados Isaac Roitman, professor da Universidade de Brasília e membro da Acade-



Cristovam Buarque e Hélio José, presidente e vice da Comissão de Ciência e Tecnologia, que vai debater dois programas

mia Brasileira de Ciências, Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Jorge Almeida Guimarães, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e Hernan Chaimovich, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A audiência, proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF), faz parte da avaliação de políticas públicas prevista em resolução do Senado. Neste ano, por sugestão do parlamentar, a política pública a ser avaliada pela comissão é a formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fron-

teiras. O tema será analisado ao longo de todo o ano e, ao final da sessão legislativa, a comissão apresentará as conclusões da avaliação.

Para Cristovam, presidente da CCT, é preciso buscar o aprimoramento da força de trabalho para fortalecer a indústria e tornar o Brasil um país mais competitivo. O senador destacou a necessidade de uma

## ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE às 9h e AMANHÃ às 9h30

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
  - <http://bit.ly/audienciainterativa>
  - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoCiencia>

política para capacitação da mão de obra, especialmente de cientistas e pesquisadores, para que se possa desenvolver uma indústria brasileira forte que seja referência no mercado mundial.

O programa, do governo federal, prevê a utilização de até 101 mil bolsas em 4 anos para promover intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação no exterior. O objetivo é manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, o programa busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros.

## Juca Ferreira expõe metas da pasta da Cultura

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, participa hoje de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para apresentar as políticas e diretrizes do ministério para o biênio 2015-2016. A reunião está marcada para as 10h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

O requerimento para o convite ao ministro foi feito pelo presidente da comissão, Romário (PSB-RJ).



Ministro vem ao Senado para falar dos planos para o próximo biênio

## José Medeiros defende criação da Universidade Federal de Rondonópolis

José Medeiros (PPS-MT) pediu em Plenário a criação da Universidade Federal de Rondonópolis a partir da emancipação do campus da Universidade Federal de Mato Grosso na cidade. Para o senador, é hora de o governo fazer algo por Mato Grosso, pois o estado, com sua expressiva produção agrícola, tem ajudado muito o país.

Segundo ele, a cidade está situada numa rica região produtora de grãos e algodão, tem o sétimo maior produto interno bruto da Região Centro-Oeste e atrai milhares de famílias.

O senador argumentou que a universidade vai beneficiar não apenas os moradores de Rondonópolis, mas também



Waldemir Burelli/Agência Senado

os de mais de 20 outras cidades cuja população total é de 600 mil habitantes. Ele informou que o atual campus de Rondonópolis tem 4,1 mil alunos, 279 professores, 19 cursos de graduação, 3 de mestrado e 2 de doutorado.

— É importante lembrar que, depois de 2008, o campus implantou o curso de medicina e outros cursos de graduação presenciais diurnos e noturnos, além de cursos a distância da Universidade Aberta do Brasil. Houve também a ampliação e a qualificação do corpo docente e dos técnicos administrativos, bem como a expansão da pós-graduação e dos programas de extensão universitária — afirmou.

## Raupp quer regular atuação de criança e adolescente nos esportes e nas artes

Atualmente, não há definição jurídica clara para atividades artísticas e desportivas exercidas por crianças e adolescentes. Com

o objetivo de dar esse amparo legal, Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou à Comissão de Educação, Cultura e Esporte projeto (PLS 231/2015) que regulamenta essas atividades para menores de 16 anos. O senador explica que é necessário adequar o Estatuto da Criança e do Adolescente à realidade.

— Atores e esportistas menores de 16 anos encontram-se em situação de indefinição jurídica. Formalmente, não podem trabalhar e acabam exercendo as atividades na informalidade.



André Cordeiro/Agência Senado

A proposta, que aguarda sugestão de emendas, libera na prática o trabalho de artistas e desportistas com menos de 14 anos, desde que haja sempre a presença de um dos pais ou responsável no local da atividade.

Se o pai ou o responsável não puder estar presente, a atividade profissional só será permitida com autorização da Justiça. Na faixa entre 14 e 18 anos, bastará autorização expressa dos pais. Em ambos os casos, os menores só poderão trabalhar se cumprirem a frequência escolar definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A proposta também será avaliada pela Comissão de Direitos Humanos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burl  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Pepe Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, explicará como agredidas passarão a ser examinadas nos IMLs. Ele também tratará do atendimento médico de mulheres com deficiência

## Ministro detalha ações em favor de mulheres violentadas

A COMISSÃO PERMANENTE Mista de Combate à Violência Contra a Mulher recebe hoje o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, para detalhar as medidas já anunciadas pelo governo em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência.

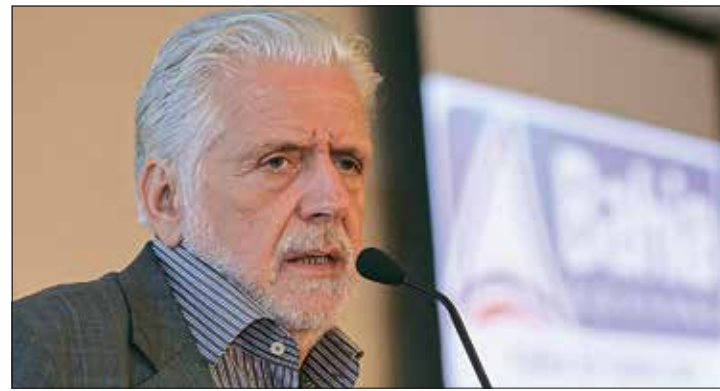
Duas medidas foram estabelecidas em portarias interministeriais de março.

A primeira portaria define orientações sobre o atendimento integrado às vítimas de violência doméstica. O objetivo é que o Instituto Médico Legal (IML) passe a considerar a coleta de material e os exames clínicos do paciente feitos no hospital para possível processo criminal, evitando que a vítima de violência precise de dupla análise.

A segunda medida institui o

Grupo de Trabalho de Saúde da Mulher com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que será responsável por garantir um atendimento que leve em consideração a peculiaridade de cada paciente e a capacitação de profissionais.

A audiência pública terá início às 14h e será aberta à participação do público por meio do Alô Senado (0800 612211) e do Portal e-Cidadania.



Titular da Defesa também deve abordar instalação do sistema de fronteiras

## Jaques Wagner fala sobre preparação para Olimpíadas

O ministro da Defesa, Jaques Wagner, participa na quinta-feira de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores (CRE), a pedido de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A solicitação atende o Regimento do Senado, que prevê reuniões anuais tanto com o ministro da Defesa quanto com o ministro das Relações Exteriores.

Um dos questionamentos de Ferraço é sobre como o país está se preparando para as Olimpíadas. Segundo ele, nenhum país que sedie tal evento pode pensar na hipótese de "baixar a guarda" e reduzir os contingentes policial e militar. O senador pergunta quais são as ações que estão sendo tomadas para garantir o mais alto nível de segurança e se preocupa com a crescente parceria no campo militar que a China vem estabelecendo com países com quem o Brasil tem boas relações comerciais no Mercosul, como Venezuela e Argentina.

— A Argentina deve adquirir, este ano, centenas de blindados chineses. Recentemente, a Infantaria Naval da Venezuela também adquiriu o mesmo blindado. Como o ministro da Defesa vê tais acordos? — indagou Ferraço.

Segundo ele, a modernização das Forças Armadas continua sendo um grande desafio para o Brasil, agravado pela crise econômica. Por isso, afirma o senador, é importante o ministro esclarecer a população sobre quais

projetos na área de defesa deverão ser contingenciados — ou seja, ter a execução orçamentária suspensa.

O debate envolverá ainda a instalação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que estava prevista para o início deste ano, mas que foi adiada. O sistema tem o objetivo de combater em toda a área fronteira a ação do crime organizado, como o tráfico de drogas, armas e outros delitos.

### Biografia

Jaques Wagner, 64 anos, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Iniciou a vida pública como presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica da Bahia. Deputado federal por três mandatos, foi ministro do Trabalho e das Relações Institucionais durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Governador da Bahia entre 2007 e 2014, assumiu o Ministério da Defesa em 1º de janeiro de 2015.



Cidadão poderá participar de audiência com Pepe Vargas pelo Alô Senado

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: senadofederal

#### ▶ Twitter: @agencia\_senado

#### ▶ TV: www.senado.leg.br/TV

#### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoMulher>

## Relatório sobre Fachin será apresentado amanhã

A mensagem presidencial com a indicação de Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após leitura do relatório de Alvaro Dias (PSDB-PR), será concedida vista coletiva.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), disse que Fachin deverá ser sabatinado na próxima semana e seu nome será submetido a votação secreta na comissão, sendo depois enviado ao Plenário. O jurista foi indicado à vaga decorrente da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa.

Acadêmico com atuação no Brasil e no exterior, Fachin é professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e de programas de pós-graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No relatório, Alvaro Dias afirma que a indicação de Fachin conta com o apoio de profissionais do direito e comunidades jurídicas de todo o país. O relator considera que o indicado reúne formação, experiência profissional e demais atributos necessários.

Na reunião de amanhã, a CCJ analisará também 13 propostas, entre as quais um projeto de Ana Amélia (PP-RS) que limita em 25% o aumento máximo no valor de obra, serviço e compra pela administração pública. O projeto (PLS 25/2012) conta com voto favorável do relator, José Agripino (DEM-RN).

Também está na agenda o PLS 40/2013, de Romero Jucá (PMDB-RR), que prevê desconto de 50% para escolas públicas na conta de energia gasta com condicionadores de ar. As escolas públicas contarão com subvenção integral para instalações elétricas externas, com medidor exclusivo para os sistemas de ar condicionado.



Fachin, indicado para o STF, deverá ser sabatinado na próxima semana

## Senado avalia pena maior para receptação

Aguarda leitura em Plenário, para iniciar a tramitação no Senado, projeto de lei que eleva as penas para o crime de receptação. O PLC 27/2015 foi aprovado na Câmara no dia 16.

De acordo com a proposta, do deputado Pauderney Ave-lino (DEM-AM), a pena para a receptação passa de 1 a 4 anos de reclusão para 2 a 8 anos. No caso da forma qualificada, quando o produto de crime é envolvido em atividade comercial ou industrial, a pena passa de 3 a 8 anos para 3 a 10 anos.

Na discussão do texto na Câmara, deputados destacaram que a receptação alimenta outros crimes, como o furto e o roubo, o que exige pena mais dura. Outros, porém, argumentaram que o aumento da pena não reduz a criminalidade. Lembraram ainda que no caso do furto, por exemplo, a pena da receptação seria maior que a do próprio crime inicial.

Também aguarda leitura o PLC 26/2015 — Complementar, da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que autoriza

expressamente a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) na implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada a gestante e parturiente nos estabelecimentos penais.

A Lei 79/1994, que criou o Funpen, prevê a aplicação de recursos do fundo em construção e reforma dos estabelecimentos penais, formação educacional e programas de assistência jurídica, entre outras destinações. (Com Agência Câmara)

### ACOMPANHE E PARTICIPE

QUINTA-FEIRA, às 10h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: senadofederal

#### ▶ Twitter: @agencia\_senado

#### ▶ TV: www.senado.leg.br/TV

#### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoRelacoesExteriores>

## Comissão Mista de Inteligência se reúne hoje e vota requerimentos

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência fará hoje, às 14h30, a primeira reunião do ano. Os integrantes da comissão votarão seis requerimentos. Tanto a reunião quanto os documentos serão secretos.

A comissão tem a função de controlar e fiscalizar as atividades de inteligência exercidas pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O objetivo é assegurar que tais

atividades sejam feitas em conformidade com a Constituição e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional.

A presidente da comissão é a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e o vice é o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Também representam o Senado na comissão Eunício Oliveira (PMDB-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Marta Suplicy (PT-SP).



Os piores problemas não são a falta de chuvas e de investimentos. Segundo a Consultoria do Senado, o grave é a demora de medidas de racionamento e combate ao desperdício

## Estudo esclarece mitos sobre a crise hídrica

A ESTIAGEM NÃO é a causa principal da crise hídrica que atinge as grandes metrópoles brasileiras. Embora no caso de São Paulo seja a pior seca dos últimos 84 anos, não se pode concluir que a falta de investimento tenha sido responsável pela deficiência no fornecimento de água na região metropolitana da capital. As dificuldades decorrem muito mais da incapacidade dos governos ou da demora em adotar medidas que contenham a demanda, por exemplo, racionamento e bônus de tarifa para quem economiza água.

Essas avaliações constam do estudo *A Crise Hídrica e suas Consequências*, realizado por um grupo de consultores do Senado. Apresentado na forma de perguntas e respostas, ao todo 52 questões, pretende contribuir para esclarecer alguns dos principais questionamentos sobre a crise hídrica e suprir de informações os senadores e as comissões do Congresso. A ideia foi reunir estudos isolados da Consultoria em uma única publicação, de forma mais completa e integrada, como explicou à Rádio Senado um dos autores do trabalho, o consultor da área de meio ambiente, Gustavo Aouar Cerqueira.

— A redução do desperdício é uma solução para a crise hídrica. O reúso é mais uma fonte alternativa de abastecimento, assim como o aproveitamento da água da chuva. O reúso é ainda incipiente no país, mas vem crescendo principalmente nas cidades que passam por escassez hídrica. No caso do reúso direto, a água que vem da máquina de lavar, do chuveiro e da pia pode ser destinada a usos menos nobres, como lavagem de veículo, descarga, irrigação de jardim, reduzindo o consumo de água tratada — afirmou.

No Brasil, o desperdício atinge 37%, por falhas nas tubulações, fraudes e ligações clandestinas. A maior parte dos vazamentos é subterrânea e de pequena vazão, o que dificulta a identificação e a correção. O desperdício



Reservatório do Sistema Cantareira, na região de São Paulo: pior seca dos últimos 84 anos e problemas no abastecimento da maior cidade do país

é maior na Região Norte, onde há as maiores reservas de água doce do país.

De cada 100 litros de água consumidos no Brasil, 72 são usados na irrigação agrícola. Em 2010, a demanda na captação (vazão retirada) no país foi a seguinte: 54% com irrigação, 22% com abastecimento humano urbano, 17% com uso industrial, 6% com consumo animal e 1% com abastecimento humano rural. Para a água efetivamente usada (vazão consumida), a distribuição foi de: 72% irrigação, 11% consumo animal, 9% abastecimento humano urbano, 7% uso industrial e 1% abastecimento humano rural.

### Barragens

Do ponto de vista estritamente econômico, os consultores concluem que a melhor forma de lidar com escassez pontual e decorrente de eventos extremos é racionar a demanda. O investimento em barragens se justifica em razão da incerteza do regime de chuvas. Mas concentrar os recursos nesses empreendimentos pode não ser a melhor opção, diante do custo das obras, somado ao alagamento que impede a utilização da região inundada e à enorme resistência de movimentos ambientalistas. Atualmente, há

cerca de 50 mil grandes barragens em operação mundo afora. O Brasil “mal ultrapassa o milhar”, diz o estudo.

Os consultores ressaltam que a Política Nacional de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei 12.187/2009, trata de forma indireta os recursos hídricos. Observam ainda que as mudanças para atualização do Código Florestal, em vigor desde maio de 2012, não interferem na crise hídrica, uma vez que os efeitos sobre o regime pluviométrico são recentes e só deverão ser sentidos nos próximos anos.

O estudo avalia que não há como estabelecer graus específicos de responsabilidade da poluição, do desmatamento e do uso irregular das matas na atual crise hídrica, embora seja conhecido que todas essas ações influenciam a disponibilidade e a qualidade dos recursos.

A principal causa de poluição dos mananciais de água é a ocupação irregular do solo. Na maioria dos casos, a ocupação não é apenas tolerada como promovida por órgãos públicos, ainda que indiretamente. Para impedir a ocupação das áreas de manancial, é importante proibir o fornecimento de água e energia elétrica a esses assentamentos, assim como coibir as ligações

clandestinas.

O trabalho lembra que cada vez mais tem sido demonstrada a interrelação entre regiões distantes, como a Norte e a Sudeste, no que concerne a eventos climáticos. As chuvas na Região Sudeste não raro se originam da água evaporada pela Floresta Amazônica. O desmatamento naquela região interfere na dinâmica de circulação atmosférica, provocando inundações no Norte e escassez no Sudeste e no Centro-Oeste.

Os consultores entendem que, a médio e longo prazos, devem ser empreendidas ações de aceleração de obras de geração de energia e transmissão e de retomada de programas de eficiência energética. Eles consideram inadequado identificar a atividade agropecuária como a principal responsável pela crise hídrica. Há algumas técnicas de irrigação pouco eficientes que demandam água em excesso, como pivô central. Mas há procedimentos modernos que conjugam demanda racional de água com aumento de produtividade.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, o Sudeste apresenta a maior área irrigada do Brasil (35,6%).

Veja o estudo da Consultoria Legislativa: <http://bit.ly/boletim27>

## Projetos regulam abastecimento de água por fontes alternativas

A legislação atual veda a ligação de fontes alternativas de abastecimento de água às instalações prediais urbanas conectadas à rede pública. Para corrigir essa distorção, dois projetos em tramitação no Senado procuram quebrar a exclusividade no abastecimento por parte da concessionária, ao permitir que haja, concomitantemente, o fornecimento de água potável por fontes alternativas — reúso, água de chuva e águas residuais, entre outras — em sistemas hidráulicos distintos e obedecidos os parâmetros de qualidade em vigor.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 51/2015 não só autoriza o uso dessas fontes alternativas, como também cria normas para regular a matéria. Prevê a inclusão do abastecimento de água por fontes alternativas como parte

integrante do saneamento básico, podendo ser prestado de forma particular — quando não constitui serviço público — ou de forma geral, caracterizando-se assim como serviço público. Em ambos os casos, haverá regulação e fiscalização pela entidade reguladora.

O projeto, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O autor alega que a falta de marco legal que discipline essa forma de abastecimento gera insegurança jurídica aos prestadores do serviço, aos consumidores e aos gestores públicos responsáveis por sua regulação e fiscalização. Alega ainda que o uso do abastecimento de água por fontes alternativas de forma desordenada traz riscos à saúde pública, o que tem impedido a implementa-



Cisterna para captar e armazenar água da chuva em casa em Quixadá (CE)

ção sistemática dessa prática sustentável.

Já o PLS 13/2015, que também promove o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, aguarda a designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto estabelece que “nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada

em atividades que tolerem águas de qualidade inferior, salvo quando houver elevada disponibilidade hídrica”.

### Reúso

Esse princípio, de acordo com o autor do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), já é adotado por diversas nações e em Israel, onde desde

2007 reaproveitam-se mais de 70% dos efluentes gerados. O mais usual é reutilizar o efluente tratado (chamado de “água de reúso”) em atividades menos restritivas e com alta demanda, como as agrícolas, paisagísticas e industriais.

O texto prevê que a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes, exceto aproveitamento de água de chuva, abastecimento com água de reúso e outras alternativas aprovadas pela entidade reguladora.

Para Humberto Costa, essa alteração legislativa contribuirá para o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias que elevem a oferta de água local e, por conseguinte, poderá reduzir a pressão de demanda sobre os sistemas públicos de abastecimento de água.